

Uma existência de gozos, bonitezas, perdas e danos: reflexões e práticas sobre sexualidade e atos performativos de gênero em nosso cotidiano

SUELY ALDIR MESSEDER*

Resumo: Trata-se de uma reflexão sobre sexualidade e relações de gênero a partir de uma cena de violência no cotidiano escolar. Para fins didáticos, teóricos e metodológicos fora eleito o texto “Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade” escrito por Gayle Rubin, cujo conteúdo põe em manifesto a dissociabilidade entre os estudos de gênero e de sexualidade. Embora Rubin possua um saber situado na geopolítica do conhecimento do norte, apropriar-se das suas reflexões não impede a crescente necessidade de se construir um saber crítico sobre sexualidade e gênero no âmbito da Epistemologia Crítica, onde o lugar de enunciação seja de um sujeito subalternizado/a pelo “sistema mundo europeu/euro-norte-americano moderno/capitalista colonial/patriarcal” Ramon Grofesquel (2008). Acredita-se que a partir destes novos lugares de enunciação não será mais possível esconder-se por detrás do proselitismo religioso, da ciência conservadora e dos axiomas instituídos ideologicamente no senso comum.

Palavras-chaves: sexualidade; gênero; cenas cotidianas; educação e saberes descolonizados.

Abstract: This is a reflection about sexuality and gender relations from a scene of violence in everyday school life. For didactic, theoretical and methodological purposes shall be made used by the text - " Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of Sexuality Policy " written by Gayle Rubin, whose content makes manifest the dissociation between gender studies and sexuality. Although Rubin has a knowledge situated on the geopolitics from the north, take ownership of their reflections not prevent the increasing need to build a critical sexuality and gender within the Critical Epistemology known where the place of enunciation is a subject subordinated the " system world European / euro-American modern / colonial / capitalist patriarchal " Ramon Grofesquel (2008). It is believed that from these new places of enunciation can no longer hide behind the religious proselytism, conservative axioms of science and ideologically imposed on common sense. .

Key words: gender; sexuality; everyday scenes; decolonized education and knowledge.



* SUELY ALDIR MESSEDER é Doutora em Antropologia (Universidade Santiago de Compostela) e professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

No início de 2013, caminhando próximo ao Teatro Castro Alves tive um encontro inesperado com uma coordenadora pedagógica da rede municipal de ensino da cidade do Salvador. Em meio a lágrimas, ela me narrava a sua *via crucis* para implementar o debate sobre diversidade sexual e relações de gênero nas escolas municipais, ao tempo em que suplicava-me para que a terceira edição do Seminário Enlaçando Sexualidades continuasse a oferecer o Curso sobre Sexualidades aos/as professores/as da rede pública, mesmo sem o apoio institucional da Secretaria de Educação do Município.¹ Mais adiante inteirava-me sobre o motivo do seu desespero. Vejamos sua narrativa: - Estava na cantina da escola, quando observei uma briga entre um garotinho de cinco anos e seus colegas, a criança estava sendo esmurrada. De repente surge a professora. Ela separa a briga e aborda o garotinho que fora esmurrado dando-lhe uma sacudidela: - Viu, menino?! Você apanha dos seus colegas pelo seu jeito!

Deste encontro casual várias questões sobre gênero e sexualidades brotam na cena, cujo conteúdo merece ser contextualizado e perscrutado quer seja no campo teórico dos estudos sobre sexualidades e relações de gênero, quer seja no campo da formação de professores/as, quer seja nas relações interpessoais, quer seja na recepção da violência banalizada no cotidiano

¹ Sobre a relação entre os/as educadores/as e o Seminário Enlaçando Sexualidades ver o artigo Gênero está para corpos masculinos e femininos, assim como sexualidades está para homossexualidade e abjeções: uma breve reflexão a partir das representações das sexualidades elaboradas pelos(as) professores(as) da rede metropolitana de Salvador, publicado na coleção Enlaçando Sexualidades. Para conhecer o modus operandi do Seminário ver a fala de abertura publicada nos Anais da III edição.

escolar, quer seja pelo significado cultural do corpo na cultura baiana.

Para fins didáticos, teóricos e metodológicos farei uso da arquitetura do texto “Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade” escrito por Gayle Rubin, cujo conteúdo põe em manifesto a dissociabilidade entre os estudos de gênero e os estudos sobre sexualidade, uma vez que ambos inserem-se em campos políticos distintos. Neste artigo, tal qual disposto no referido texto, caberão seis seções: 1) As Guerras Sexuais; 2) Pensamentos Sexuais; 3) Transformações Sexuais; 4) Estratificação Social; 5) Conflitos Sexuais; 6) Limite do Feminismo e as considerações finais.

Para elaboração deste artigo foi realizado um breve levantamento nos Anais do III Seminário Enlaçando Sexualidades, cujo objetivo era identificar os autores mais citados nas comunicações encaminhadas pelos ativistas, educadores/as e pesquisadores/as que atuam na área de Educação, onde encontramos um único trabalho que cita Gayle Rubin em sua referência. Acredita-se que no âmbito de uma perspectiva emancipatória da sexualidade e das relações de gênero, os trabalhos desenvolvidos por esta feminista, sejam um clássico no campo da sexualidade, sobretudo, quando ela própria admite nos idos da década de 80, o limite do feminismo em compreender o reino da sexualidade. Muito embora, como ela nos diz: “O movimento anti-pornografia e seus avatares alegaram falar por todo o feminismo. Felizmente não falam. A liberação sexual foi e ainda é um dos objetivos feministas” (p.37). E mais adiante complementa:

Em longo prazo a crítica feminista da hierarquia de gênero pode ser

incorporada na teoria radical do sexo, e a crítica da opressão sexual deve enriquecer o feminismo. Mas uma teoria autônoma e políticas específicas devem ser desenvolvidas para a sexualidade. (p. 43)

Aqui, não nos interessa apontar no âmbito do nosso contexto quais seriam os limites dos feminismos brasileiros nas articulações entre sexualidade e gênero, apesar deste tema se constituir como verdadeiramente interessante para quem deseja construir ferramentas analíticas poderosas para os estudos acadêmicos sobre a temática. E para tornar mais complexa a nossa realidade reporto-me à proposta da Epistemologia Crítica (Aníbal Quijano, 2003; Walter Dignolo, 2003; Ramon Grosz, 2008) que busca a descolonização, transpondo os “reducionismos” e as “dicotomias” presentes no capitalismo globalizado enquanto “sistema-mundo”, e sobretudo, considerando os ensinamentos de Maria Lugones (2008):

Por un lado, se encuentra el importante trabajo sobre género, raza y colonización que constituye a los feminismos de mujeres de color de Estados Unidos, a los feminismos de mujeres del Tercer Mundo, y a las versiones feministas de las escuelas de jurisprudencia Lat Crit y Critical Race Theory. Estos marcos analíticos han enfatizado el concepto de interseccionalidad y han demostrado la exclusión histórica y teórico-práctica de las mujeres no-blancas de las luchas liberatorias llevadas a cabo en el nombre de la Mujer. El otro marco es el introducido por Aníbal Quijano y que es central a sus análisis del patrón de poder global capitalista. Me refiero al concepto de la colonialidad del poder. (2000a; 2000b; 2001-2002), que es central al trabajo sobre colonialidad del

saber, del ser, y decolonialidad. (p.77)

Desta forma, esclareço que deveríamos nos preparar para descolonizar a nossa produção do conhecimento sobre sexualidade e gênero, debruçando-nos sobre as nossas produções, valorizando o nosso conhecimento local, os novos interlocutores/as e novos lugares de enunciação, como nos aconselha Claudia Costa (2012):

Gostaria aqui de apropriar sua discussão – sobre a geopolítica do conhecimento e a necessidade de construção de novas cosmologias e epistemologias a partir de outros lugares de enunciação – para incluir a intervenção política feminista de tradução translocal dentre esses outros espaços de teorização, interpretação e intervenção na América Latina. (p.49)

Pode parecer contraditório a apropriação do texto de Gayle Rubin, uma autora feminista, lésbica, branca e estadunidense com a perspectiva da descolonização, entretanto, a leitura de autores consagrados não impede o desenvolvimento de uma Epistemologia Crítica, sobretudo se levarmos a sério a crítica e nos apropriarmos dos relatos de experiências e produções acadêmicas dos/as nossos/as colegas de língua hispânica e portuguesa, não somente daqueles/as que se vinculam exclusivamente à epistemologia do norte, uma vez que as hierarquias se instituem nos contornos de um só país, demarcando regiões, lugares sociais e institucionais, que atuam como fontes privilegiadas de análise e enunciação.

As guerras sexuais

Considerando a cena inicial como nosso fio condutor, vimos claramente o evocar da culpabilidade do agredido, ou seja, o garoto tornou-se mais vulnerável ao espancamento pelo seu jeito de corpo.

Então, neste caso, julga-se a criança porque ela colocou-se em risco ao comportar-se de uma maneira dita inadequada para um menino? No caso em tela, a instituição escolar é representada pela professora. Com efeito, ela representa a lei que interpela o indivíduo para salvaguardar a vontade soberana do grupo em relação às normas de sexualidade e gênero.

Para analisar esta cena é preciso situar o nosso entendimento no marco da construção histórica dos conceitos de direitos reprodutivos e sexuais, como também para além deles, como nos diz Roger Raupp (2006), tendo em vista a noção do direito da sexualidade no âmbito dos direitos humanos e dos direitos constitucionais fundamentais. Neste sentido, para corroborar com Rubin é relevante considerar as sexualidades não reprodutivas neste marco. Para tanto, devemos inicialmente encarar os personagens envolvidos numa situação estrutural e estruturante, cujas disputas se revelam no monopólio dos comportamentos sexuais e das performances de gênero. A cena relatada pela coordenadora da escola municipal, nos revela que o agredido tornou-se legitimamente culpado porque o seu ato performativo não corresponde ao modelo do masculino idealizado publicamente. Ou seja, ele não se revela como “o verdadeiro homem”, cujo destino forja-se no corpo viril e na relação sexual com o sexo oposto.

Ao nos reportamos ao texto de Gayle Rubin verificamos a descrição de três períodos importantes que refletem a disputa pelos comportamentos sexuais, bem como tal disputa repercute na política, na religião, na legislação de leis sexuais e na imprensa no contexto da Inglaterra e dos EUA (Estados Unidos da América). Os três momentos

históricos assinalados pela autora: a) Era Vitoriana (1837-1901); b) o período pós 2ª Guerra Mundial (1950) e c) e década de 1980, marcada pela AIDS, revelam-nos que as grandes questões que giram em torno das sexualidades são recorrentes, e foram apropriadas pelo discurso científico, outrora presente no discurso religioso e na linguagem ordinária, tais como: a masturbação; o controle da sexualidade juvenil – a noção de que o sexo *per si* é prejudicial aos jovens; a censura contra a literatura considerada obscena ou campanhas educacionais controladas pelo moralismo; a pornografia; a prostituição; e a homossexualidade. Por sua vez, a autora também registra a presença dos contra discursos elaborados pela mídia gay². Neste contexto, a autora assinala:

A oposição de direita à educação sexual, homossexualidade, pornografia, aborto e sexo antes do casamento se deslocou das franjas extremas ao palco político central depois de 1977, quando estrategistas de direita e fundamentalistas religiosos descobriram que estes assuntos tem apelo de massa. (p.8)

Em 2010, aproximadamente 30 anos depois da publicação do texto desta feminista branca estadunidense, é preciso deslocarmos os nossos olhares para o nosso contexto e observar a

² No livro **Na Trilha do Arco-Íris: Do movimento homossexual ao LGBT** verificamos o percurso desse movimento no Brasil, e apreciamos a importância desse movimento para construção de um programa de combate ao preconceito e de garantia dos direitos civis básicos no Brasil, com ênfase na região sudeste. Através do livro podemos acolher informações sobre momentos da discussão antropológica contemporânea nesta temática via a sua inserção pela relação no campo da saúde com advento da AIDS, posteriormente, pelo debate na construção e desconstrução da noção de identidade.

Campanha Eleitoral no Brasil. Os dois candidatos/as à Presidência da República, nos brindaram com um espetáculo conservador na arena do comportamento sexual durante os debates sobre os temas do aborto, das identidades homossexuais e lésbicas, do casamento gay etc. Tais temas provocaram tamanha discussão a ponto de colocar sob perigo ou ameaça o Estado Laico, uma vez que os discursos fundamentavam-se em dogmas religiosos, e, por conseguinte, não contemplavam o pluralismo e o respeito à diversidade.

Neste sentido, urge uma política de Estado que preserve a amplitude do Estado Laico, sem a necessidade de que a sociedade civil seja refém de governos passageiros. Com efeito, observa-se a necessidade de mudanças na atual legislação brasileira em função das leis que regulam os comportamentos vinculados às sexualidades, entretanto, tais mudanças não estão sendo engendradas via os poderes legislativo ou executivo, como presenciamos em países latino-americanos (Fernando Horta Tavares et al.(2010)), mas sim pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No decorrer do governo da presidenta Dilma Rousseff destacam-se dois episódios polêmicos e bastante controversos no debate sobre comportamento sexual, decorrentes das decisões do STF. Primeiro, presenciamos a decisão a favor da união entre pessoas do mesmo sexo:

Recentemente, os ministros do STF, julgando a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132, reconheceram a união estável homoafetiva por unanimidade. (...) De outro lado, aduziu que o não reconhecimento da união

homoafetiva afrontava princípios como igualdade, liberdade e dignidade da pessoa humana, previstos na Constituição (Maria Eugenia Bunchaft, 2012, p.136)

Segundo, apresentamos o resultado sobre a interrupção da gravidez:

O Supremo Tribunal Federal publicou, no dia 30 de abril, o acórdão da decisão que permitiu a interrupção da gravidez de feto anencéfalo. O julgamento ocorreu em abril de 2012. Por oito votos a dois, a maioria dos ministros acompanhou o voto do relator, ministro Marco Aurélio. Além do relator, votaram pela descriminalização os ministros Rosa Weber; Joaquim Barbosa; Luiz Fux; Cármen Lúcia; Ayres Britto (aposentado); Gilmar Mendes; e Celso de Mello. Para sete dos dez ministros que participaram do julgamento, não se trata de aborto porque não há a possibilidade de vida do feto fora do útero (Bezerra, Elton, 2013)

Se por um lado, o STF mostra-se coerente com as minorias sexuais, e, sobretudo, coerente com a perspectiva da laicidade do estado brasileiro, conforme vimos no trecho do acórdão do STF:

ESTADO – LAICIDADE. O Brasil é uma república laica, surgindo absolutamente neutro quanto às religiões. Considerações. FETO ANENCÉFALO – INTERRUPÇÃO DA GRAVIDEZ – MULHER – LIBERDADE SEXUAL E REPRODUTIVA – SAÚDE – DIGNIDADE – AUTODETERMINAÇÃO – DIREITOS FUNDAMENTAIS – CRIME – INEXISTÊNCIA. (Brasília, Supremo Tribunal da Justiça, Acord/ 1941415. Relator: Marco Aurélio, 2012)

Por sua vez, assistimos várias medidas promovidas pelo Governo que têm a ver com o controle dos comportamentos sexuais que podem ser avaliadas como antidemocráticas: a) suspensão do kit-homofobia, b) As campanhas publicitárias contra DST e AIDS do Ministério da Saúde, tendo como público alvo prostitutas e gays foram vetadas; c) Marcos Feliciano, deputado-pastor do Partido Social Cristão, que ocupou a presidência da Comissão de Direitos Humanos na Câmara dos Deputados; d) o Estatuto do Nascituro que prevê auxílio financeiro para a mulher que for estuprada e decidir dar continuidade à gestação;

Na seção seguinte nos debruçamos sobre o giro linguístico e político que as Ciências do Espírito vêm realizando no campo da sexualidade, sobretudo, mediante a contestação das categorias etnocientíficas, a-históricas advindas da medicina, psiquiatria e psicologia. Aqui, presenciamos como a tutela do nosso comportamento sexual, portanto, o nosso corpo é reivindicado como um monopólio dos poderes e saberes do Estado, da Religião e das Ciências.

Pensamentos sexuais

Quando nos interpelamos sobre os saberes que nos autorizam e nos explicam sobre a nossa presença no mundo, tropeçamos com a linguagem religiosa, a do cotidiano e a científica. Na cena do garoto agredido no espaço escolar, qual seria o saber acionado pela professora e pelos colegas da criança agredida? Identificamos que este saber é expressamente carregado pelo essencialismo sexual, no qual reside a ideia de que o sexo é uma força natural que precede à vida social e que molda as instituições. Esta ideia perpassa todo sistema de saberes e assenta-se na religião, no senso comum e nos saberes científicos como a Medicina, a

Sexologia, a Psiquiatria e Psicologia. Entretanto, como nos declara Gayle Rubin, novos saberes entraram na cena científica. Tais saberes emergentes questionam o sexo como uma entidade eternamente imutável, a-social e transhistórica, uma vez que é preciso reconhecer que a sexualidade humana, não é compreensível em termos puramente biológicos. Vejamos o que nos diz:

Nos últimos cinco anos, um sofisticado saber acadêmico histórico e teórico desafiou o essencialismo sexual tanto explicitamente como implicitamente. A história Gay, particularmente o trabalho de **Jeffrey Weeks**, conduziu este ataque ao mostrar que a homossexualidade como conhecemos é um complexo institucional relativamente moderno. (...) Uma importante contribuinte desse novo saber é **Judith Walkowitz** cuja pesquisa demonstrou a extensão na qual a prostituição foi transformada por volta da virada do século. Ela nos provê com descrições meticulosas de como a interação de forças sociais tais como a ideologia, medo, agitação política, reforma legal e prática médica podem transformar a estrutura do comportamento sexual e alterar suas consequências (Walkowitz, 1980, 1982).

A História da Sexualidade de **Michel Foucault** (1978) tem sido o mais influente e emblemático texto do novo saber sobre o sexo. Foucault critica o entendimento tradicional da sexualidade como ânsia natural da libido para se libertar da coerção social. Ele argumenta que os desejos não são entidades biológicas pré-existentes, mas, ao invés disso, são constituídos no curso histórico de elementos sociais repressivos específicos ao apontar que novas

sexualidades são constantemente produzidas. (p.11)

Como educadores/as devemos nos apropriar deste saberes, cujo comportamento sexual possui uma história sociocultural, e não está meramente ordenado biologicamente. Acrescenta Gayle Rubin:

Somando-se ao essencialismo sexual, há pelo menos quatro outras formações ideológicas cuja compreensão no pensamento sexual é tão forte que falhar em discuti-las é permanecer enredado dentre elas. Estas são a negatividade sexual, a falácia da escala mal posicionada, a valoração hierárquica dos atos sexuais, a teoria dominó do perigo sexual e a falta do conceito de variação sexual benigna (p.12)

Nesta sequência ideológica podemos verificar o sexo numa perspectiva negativa como pecaminoso, sob suspeita, e, apenas merecedor de certa positividade quando presente no casamento, na reprodução e no amor. Nesta falácia, os atos sexuais são decorrentes da negatividade e tais atos são sobrecarregados de um excesso de significância, cuja avaliação é realizada a partir de um sistema hierárquico de valores sexuais. Este sistema traduz-se na construção de uma pirâmide erótica:

Heterossexuais maritais e reprodutivos estão sozinhos no topo da pirâmide erótica. Clamando um pouco abaixo se encontram heterossexuais monogâmicos não casados em relação conjugal, seguidos pela maioria dos heterossexuais. O sexo solitário flutua ambigualmente. O estigma poderoso do século XIX sobre a masturbação hesita de formas menos potentes e modificadas, tal qual a ideia de que a masturbação é uma substituta inferior aos encontros em par. Casais lésbicos e gays estáveis, de longa duração,

estão no limite da respeitabilidade, mas sapatões de bar e homens gays promíscuos estão pairando um pouco acima do limite daqueles grupos que estão na base da pirâmide. As castas sexuais mais desprezadas correntemente incluem transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas, trabalhadores do sexo como as prostitutas e modelos pornográficos, e abaixo de todos, aqueles cujo erotismo transgredi as fronteiras geracionais. (p.13-14)

Nesta pirâmide devemos acrescentar os relacionamentos inter-raciais numa posição paradoxal, uma vez que apesar de clamado e ovacionado na construção das nações ibero-americanas na prática do cotidiano reserva vários preconceitos. (MOUTINHO, Laura, 2004; MESSEDER, Suely, 2008). Esta pirâmide terá lugar nos países industrializados, Filomena Gregori (2005) tece comentários críticos em relação a construção desta pirâmide erótica, uma vez que o critério para construí-la é associação da escolha sexual à constituição de identidades coletivas. Para Gregori, tal critério expressa-se seja pela capacidade de segmentação tão característica da sociedade americana, seja pelo esforço da autora em dar legitimidade política aos praticantes do sexo socialmente não valorizado. Muito embora a crítica aparente ser conveniente, a proposta da pirâmide erótica não deverá ser invalidada, é preciso criar critérios orientados pelo contexto e pela posição geopolítica do conhecimento do/a pesquisador/a.

No que se refere compreensão da Teoria do Dominó do Perigo sexual sigamos uma escala evolutiva em relação aos tabus (magia, religião e ciência). Quando baseado nas relações de parentesco, sua função tinha a ver na objeção de uniões inapropriadas, e daí

consentimentos de aliança. Ao reportar-se às leis derivadas da interpretação bíblica proibia-se o incesto, a homossexualidade e zoofilia. Quando a medicina e a psiquiatria aumentam seus tentáculos, assistimos a multiplicação das categorias de má conduta sexual encapsuladas como doenças mentais ou sintomas de uma integração defeituosa da personalidade. E assim complementa Gayle Rubin

Todas essas hierarquias de valor sexual – religiosos, psiquiátricos e populares – funcionam em muito da mesma maneira como os sistemas ideológicos do racismo, etnocentrismo, e chauvinismo religioso. Eles racionalizam o bem-estar do sexualmente privilegiado e a adversidade da plebe sexual. (p.15)

Para autora esta ideologia obstaculiza o desenvolvimento de uma ética sexual pluralística sem o conceito de diversidade sexual positiva. Tendo como fundamental a ideia de que a variação é uma propriedade fundamental de toda a vida, dos organismos biológicos.

Dito de outra forma, a escassez de múltiplas representações sociais sobre as diversas existências sustentam a artificialidade de modelos hegemônicos de corpos sexuais monolíticos, encapsulados no “verdadeiro homem” e “na verdadeira mulher”. Portanto, somente ao casal heterossexual é permitido o sexo reprodutivo, enquanto as outras práticas sexuais são aviltadas.

Transformação sexual

Voltamos então, à cena da agressão ao garotinho: Quando a professora enuncia o jeito como aquilo que provoca o escândalo social, quem seria o personagem que ela traz para visibilidade? Qual a instabilidade enunciada? Qual o sistema binário

acionado? O “homem verdadeiro” e a “bicha”?

Na epígrafe da seção Gayle Rubin nos traz o relato de Michel Foucault, cujo conteúdo estabelece a diferença entre o sodomita (aberração temporária) e o homossexual (uma espécie). A autora nos conta que os sexologistas testemunhavam

a emergência de novos tipos de indivíduos eróticos e sua agregação em comunidades rudimentares. O sistema sexual moderno contém séries dessas populações sexuais, estratificadas pela operação de uma hierarquia social e ideológica. (p.19)

Rubin assinala que a homossexualidade e a prostituição modificaram-se com a revolução industrial. Em relação à homossexualidade nos oferece três exemplos distintos daquilo que poderia ser instituído como comportamento homossexual:

O solteiro da Nova Guiné e o nobre sodomita estão apenas tangencialmente relacionados com o homem gay moderno, quem pode migrar do Colorado para São Francisco para viver em uma vizinhança gay, trabalhar em uma empresa gay, e participar em uma elaborada experiência que inclui uma identidade auto-consciente, solidariedade grupal, uma literatura, uma imprensa e um alto nível de atividade política. Nas sociedades ocidentais industriais modernas, a homossexualidade adquiriu muito da estrutura institucional de um grupo étnico. (p.20)

Interessante como Gayle Rubin anuncia quão o sistema médico se ocupará em jogar em cena novos sujeitos:

As sexualidades se mantêm marchando para fora do *Diagnostic and Statistical Manual* e para as páginas da história social. No

presente vários grupos tentam emular os sucessos dos homossexuais. Bissexuais, sadomasoquistas, indivíduos que preferem encontros com cruzamento de gerações, transexuais e travestis estão todos em vários estágios de formação (21.p)

Se no século passado o homossexualismo foi retirado da lista internacional de doenças. Atualmente vimos os próprios sujeitos transexuais e pesquisadores/as refletindo “sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil” (Almeida, G; Murta, Daniela, 2013). Portanto, novos sujeitos ativistas adquirem visibilidade no cenário mundial e os debates são abrazeirados, quer seja pela mídia, quer seja pela academia, quer seja pela intensa reivindicação do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

Estratificação sexual

Na cena aqui em pauta, a violência física contra uma criança de 05 anos é legitimada. Afinal ela provoca a desestabilização da ordem de gênero, por conseguinte, o destino da criança é a homossexualidade e/ou a transexualidade. Aqui, não temos a disjunção entre as categorias de gênero e sexualidade. No senso comum e mesmo em grande parte da teoria feminista não se supera a coerência e a continuidade supostas entre sexo-gênero-desejo sexual. Certamente, o jeito do corpo do garoto incomoda a heteronormatividade, e, por isso, a violência manifestada em duas das suas tipificações: a) física; b) psicológica. A pirâmide erótica da seção anterior é bastante pertinente para que possamos ter em mãos a análise da estratificação sexual, em analogia à pirâmide da

estratificação social ambas decorrente da transformação industrial. A criança em tela foi considerada parte de um estrato que merece maus tratos.

Para a autora devemos considerar o sexo como vetor de opressão:

O sistema de opressão sexual corta transversalmente outros modos de desigualdade social, separando os indivíduos e grupos de acordo com suas próprias dinâmicas intrínsecas. Não é reduzível a, ou entendível em termos de, classe, raça, etnicidade ou gênero. Sucesso financeiro, cor branca, gênero masculino e privilégio étnico podem mitigar os efeitos da estratificação sexual. Um homem pervertido que seja rico e branco geralmente será menos afetado do que uma mulher pervertida que seja pobre e negra. Mas nem os mais privilegiados estão imunes à opressão sexual. (p.28)

Na Bahia, neste aspecto da estratificação sexual, destacam-se os estudos desenvolvidos por Messeder (2012) sobre as masculinidades em corpos femininos, cujos dados revelam que a trajetória escolar e trajetória no mundo do trabalho destas mulheres borram as fronteiras de gênero, ao tempo em que, identifica-se que a ideologia da hierarquia sobre o sexo permanece, mesmo quando se borra o gênero. A mulher mais masculinizada sofre maiores sanções no mundo do trabalho.

Conflitos sexuais

A súplica e choro da coordenadora da nossa cena retrata o quanto a diversidade sexual possui em si mesma uma potencialidade de comoção diante das pessoas, quer seja de forma positiva, quer seja de forma negativa. Gayle Rubin inicia esta seção com a epígrafe de Jeffrey Weeks dando relevo à ideia de pânico moral.

Na sociedade do espetáculo os pânicos morais servem para criar temores, e inventarem bodes expiatórios como uma válvula de escape. Vejamos a sentença da autora:

Os pânicos morais raramente aliviam um problema real já que eles focam em quimeras e significantes. Eles tomam a preexistente estrutura discursiva em que se inventam vítimas para justificar o tratamento dos “vícios” como crimes. A criminalização de comportamentos inócuos como a homossexualidade, prostituição, obscenidade, ou consumo recreativo de drogas é racionalizado ao representá-los como ameaças a saúde e segurança, mulheres e crianças, segurança nacional, a família, ou a civilização em si mesma. Mesmo quando a atividade é entendida como inofensiva, pode ser banida pela alegação de “levar” a algo ostensivamente errado. (p.32)

Aqui, os comportamentos são alvo de análise, mas é necessário que o julgamento decorra sobre as intencionalidades individuais. Somos nós, individualmente responsáveis pelo mau trato, pelas perdas e pelos danos que acorrenará ao outro em suas posições subjetivas.

Limite do feminismo

No caso em análise, temos uma criança de cinco anos de idade que é fortemente julgada pela instituição escolar e pelos colegas pelo seu ato performativo de gênero. Trata-se de um réu, cuja condenação social pauta-se em três tipos de violência: a psicológica, a simbólica e a física. Na epígrafe da seção Gayle Rubin evoca a narrativa que correlaciona crime sexual à leitura de pornografia, e, uma suposta influência desta literatura nas crianças. Portanto, a lógica apresenta-se na

diminuição dos crimes, quando as crianças deixarem de ler tais literatura.

Deixamos de lado temporariamente a árdua e difícil tarefa das/os professoras/os em lidar com os aspectos vinculados ao direito, sexualidade, atos performativos de gênero na infância e na adolescência numa perspectiva emancipatória. Por enquanto, nos esforçamos, enquanto “adultos” educadores/as, na emancipação dos nossos corpos.

No debate proposto em Gayle Rubin vemos o desafio de superar certas perspectivas feministas que encerram a sexualidade e as práticas sexuais na opressão do gênero. A autora questiona as feministas radicais anti-pornografia, uma vez que as suas análises baseiam-se exclusivamente na matriz da heterossexualidade, onde se organiza a sociedade em dois sexos (onde um dos quais oprime o outro). A naturalização da heterossexualidade no âmbito da teoria feminista impede a visão mais ampla de encarar a organização social da sexualidade. Rubin leva a sério a estratificação sexual, presente nas sociedades modernas ocidentais, e verifica que nossos aportes teóricos são perpassados por esta estratificação.

Na visão de Rubin, a teoria feminista teria algum poder explicativo na medida em que as hierarquias baseadas no gênero se sobrepõem às estratificações eróticas, mas não seria suficiente para englobar a organização social da sexualidade. E ela afirma que a “estratificação sexual”, presente nas sociedades modernas ocidentais, perpassa inclusive ideologias consideradas progressistas, tais como o feminismo.

Conclusão

Pensar a sexualidade e atos performativos de gênero no âmbito dos direitos das minorias sexuais, das crianças e adolescentes, das mulheres, de homens e mulheres com deficiência, de casais inter-raciais é também pensar nas sexualidades heterossexuais e como elas se constituíram como normas e tal como constatar como a sua arrogância, fruto da sua inquestionabilidade foi superada e deslocada para o centro das atenções dos debates.

Este texto teve como guia a cena que impressiona pela violência sofrida pela criança, mas também pela vontade da professora em alterar o curso da ação, através dos ensinamentos, debates e práticas artísticas cultivadas no Seminário Enlaçando Sexualidades. Neste Seminário, a participação dos/as educadores/as da Educação Básica inicia-se desde a sua elaboração e conclui-se na sua avaliação para a organização da sua próxima edição. O investimento na inclusão dos/as educadores e membros dos movimentos sociais como partícipes de um evento científico tem sido um esforço por parte da coordenação. A convivência e o compartilhar de experiências dos/as educadores/as com os/as pesquisadores, membros dos movimentos sociais e gestores do Estado é imprescindível para que possamos avançar com as mudanças no campo dos saberes sobre comportamentos sexuais das relações de gênero.

Trilhar a esteira das seções dispostas neste texto, nos permite compreender as tensões e as disputas pelo comportamento sexual dos indivíduos, bem assim, como os atos performativos de gênero possuem múltiplos caminhos, quer seja pela senso comum, quer seja pela religião, quer seja pelos sabres médicos, quer seja pelos poderes

políticos e hegemônicos conservadores/as. No diálogo entabulado com o texto de Rubin tem-se a sensação de uma continuidade das problemáticas sobre sexualidade advinda da transformação industrial, mas elas se reeditam em seus contextos históricos: masturbação, abortos, homossexualidade, sexo intergeracional, controle da legislação sexual por parte de grupos conservadores/as e religiosos, controle sobre as campanhas publicitárias sobre comportamento sexual, tendo como base a pirâmide da estratificação sexual.

O uso didático, teórico e metodológico do texto de Rubin não impede a crescente necessidade de se construir um saber sobre sexualidade e gênero no âmbito da epistemologia descolonial, onde o lugar de enunciação seja de um sujeito situado, tendo como meta a dissolução do mito do ego não situado. Como bem nos diz Ramon Grogosquel, este mito presente nas ciências ocidentais produziu a ficção de conhecimento universal fidedigno, que encoberta quem fala e sua posição geopolítica. Quando dermos a permissão de sermos interpelados pelos novos saberes sobre sexualidade, bem como prestar atenção aos novos lugares de enunciação não mais nos esconderemos por detrás do proselitismo religioso e dos axiomas instituídos pelo senso comum.

Quando escrevia sobre as considerações finais deste artigo vivenciei uma nova cena, cujo conteúdo nos permite pensar sobre a cena guia deste texto. Era final de tarde, dirigia-me à aula de treinamento funcional que acontece na praia. Chegando lá deparei-me com a professora (38 anos), uma mãe (53 anos) e seu filho (22 anos), todos já fazendo alongamento e conversando alegremente. Daí, o rapaz interpela a

professora, no tom de pergunta e resposta ao mesmo tempo: - Veja bem: eu e meus irmãos apanhávamos, mas não me queixo. Pelos menos na minha família, não tem “viado”, ladrão e maconheiro. Aposto que na sua casa também era assim!

Tendo eu nascido na geração dos anos 70, recordo que as pessoas mais velhas falavam esta mesma frase, cujas entrelinhas nos revelam a explícita violência da nossa sociedade para com os LGBTs, imputando-se a estas pessoas o nefasto lugar da criminalidade.

Em 1993, Paulo Freire apresentou o livro intitulado “Educação Sexual: novas ideias, novas conquistas” e sabiamente nos convidou à seguinte reflexão sobre a sexualidade:

A sexualidade, enquanto possibilidade e caminho de alongamento de nós mesmos, de produção de vida e existência, de gozo e de boniteza, exige de nós essa volta crítico-amorosa, essa busca de saber de nosso corpo. Não podemos estar sendo, autenticamente, no mundo e com o mundo, se nós fechamos medrosos e hipócritas ao mistérios de nosso corpo ou se os tratamos, aos mistérios, cínica e irresponsavelmente. (p.12)

Assim como Rubin, Freire, nos convida ao reino da sexualidade tendo como princípio a nossa existência individual, considerando que temos corpos encarnados ávidos para serem des-territorializados no mundo e com o mundo. A territorialização desenrolou-se com a dominação dos nossos corpos e comportamentos sexuais pela senso comum, pela religião e pela ciência, mediante a ideia do essencialismo sexual. Deslocar-se da naturalização dos corpos sexuados é um caminho espinhoso, certamente com dores e

perdas, mas não deixará de ser também de ser com gozo e boniteza.

Referências

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. Sexualidad, Salud y Sociedad - **Revista Latinoamericana**, No 14 (2013)

BUNCHAFT, Maria Eugenia. A temática das uniões homoafetivas no Supremo Tribunal Federal à luz do debate Honneth-Fraser. **Rev. direito GV** [online]. 2012, vol.8, n.1, pp. 133-156.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Acórdão nº 939/2010. Plenário. Relator: Ministro Marco Aurélio. Sessão de 12/04/2012. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 1941415.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 65-99

COSTA, Cláudia de. “Feminismo e tradução cultural: sobre a Colonialidade do Gênero e a Descolonização do Saber”. **Portuguese Cultural Studies**. 4, Fall 2012.

GREGORI, Filomena. Prazer e perigo: notas sobre feminismo, sex-shops e S/M. Ide, São Paulo, v. 1, p. 81-91, 2005.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p 115-147, março. 2008

GROSSI, M. P. Identidade de Gênero e Sexualidade. Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis, p. 1-18, 1998. (Versão revisada - 2010)

LUGONES, MARÍA. Colonialidad y Género. Tabula Rasa [online]. 2008, n.9, pp. 73-102. ISSN 1794-2489.

HARAWAY, Donna, “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, **Cadernos Pagu**, (5), 1995:07-42.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual da palavra. Cadernos Pagu (22), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2004, pp.201-246

MESSEDER, S. A. As relações de masculinidades transnacionais de imigrantes negros e autóctones na Comunidade Autônoma de Galícia. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_1603.pdf

MESSEDER, S. A. ; Martins, M. A. M ; Miranda, Amanaiara . Gênero está para corpos masculinos e femininos, assim como sexualidades está para homossexualidade e abjeções: uma breve reflexão a partir das representações das sexualidades elaboradas pelos(as) professores(as) da rede metropolitana de Salvador. In: In: Suely Aldir Messeder; Marco Antonio Matos Martins. (Org.). Enlaçando Sexualidades. 01ed.Salvador: Eduneb, 2010, v. v.1, p. 41-60

MESSEDER, S.A. Fala de abertura do Seminário Enlaçando Sexualidades. In: Anais do III Seminário Enlaçando Sexualidades. Salvador, Eduneb, 2013 Disponível em <http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2013/06/ABERTURA-DO-III-ENLAÇANDO-SEXUALIDADES1.pdf>:

MOSCHKOVICH, Marília Barbara F. Garcia. Como ler a obra de Gayle Rubin? **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2012, vol.20, n.3, pp. 955-972. ISSN 0104-026X

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/Projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003

MOUTINHO, Laura. **Razão, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivos- sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004

PISCITELLI, Adriana. Comentário. **Cad. Pagu** [online]. 2003, n.21, pp. 211-218. ISSN 0104-8333

RIOS, Roger Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. **Horiz. Antropol.** [online]. 2006, vol.12, n.26, pp. 71-100. ISSN 0104-7183

RUBIN, G. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: ABELOVE, H., BARALE, M., HALPERIN, D. (eds.). *The lesbian and gay studies reader*. New York: Routledge, 1984. (texto em português traduzido por Felipe Bruno sob a orientação de Miriam Grossi)

Santiago Castro-Gómez. Michel Foucault y la colonialidad del poder. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.6: 153-172, enero-junio 2007

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade, poder, globalização e democracia.” **Novos Rumos** 37 (2002): 4-28. Print

TAVARES, Fernando Horta; SOUZA, Iara Antunes de; FERREIRA, Isaac Espíndola Vitorino and BOMTEMPO, Tiago Vieira. Apontamentos para o reconhecimento das uniões homossexuais face ao paradigma do estado democrático de direito. **Rev. Direito GV** [online]. 2010, vol.6, n.2, pp. 443-468.

Recebido em 2014-02-19
Publicado em 2014-03-16